

HABEAS CORPUS Nº 489.618 - SP (2019/0013395-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LUIZ GUSTAVO VICENTE PENNA
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO VICENTE PENNA - SP201063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEX DE ALMEIDA CARES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIME DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO EM RAZÃO DE SUPOSTA ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DO REGIME MAIS GRAVOSO E NA NEGATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO RESP N. 1.777.045/SP. PROVIMENTO DO RECURSO PARA FIXAR O REGIME ABERTO E POSSIBILITAR A SUBSTITUIÇÃO DA PENA. NOVA REALIDADE FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO. *Habeas corpus* e agravo regimental prejudicados.

DECISÃO

O presente *writ* e o agravo regimental de fls. 385/390 – interposto contra o indeferimento da liminar – devem ser julgados prejudicados. Isso porque o contexto apresentado pela defesa está completamente alterado.

Com efeito, em 1º/2/2019, dei provimento ao REsp n. 1.777.045/SP para, na ação penal ora em exame, estabelecer o regime aberto e possibilitar a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tendo sido determinada, na origem, a liberação do sentenciado.

À vista do exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, bem como o agravo regimental de fls. 385/390.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator